

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE
-FANESE
NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO-NPGE
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO "LATO SENSU"
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA**

SIMONE DE JESUS SILVA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO

**ARACAJU-SE
2010**

SIMONE DE JESUS SILVA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO

**Trabalho de Conclusão de curso
apresentado ao Núcleo e Pós Graduação e
Extensão da Fanese Como requisito para
obtenção do título de Especialista em Saúde
Pública e da Família.**

**ARACAJU-SE
2010**

SIMONE DE JESUS SILVA

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós Graduação e Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito para obtenção do título de Especialista em Saúde Pública e da Família.

Sérgio Andrade Galvão

Cristina Reiss

Simone de Jesus Silva

Aprovado(a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de ____ de 2010.

RESUMO

O desemprego tem sido um grande problema nos dias de hoje e na sociedade atual, decorrente de vários fatores que o envolve a Psicologia não pode ficar distante. Tal problema se agrava com a falta de qualificação do trabalhador e também a tecnologia e até o preconceito, dentre outros. Relacionados aos aspectos psicossociais e familiares, este estudo buscou investigar que aspectos levam o trabalhador desempregado a sentir alguns tipos de sintomas que o incomodam, e especificamente sua reação frente ao desemprego. Diante de estudos constatou-se que um número grande de referências conta de pessoas tem algum tipo de somatização causado pela situação de desemprego, como tristeza, angústia, ansiedade, baixa auto-estima, irritabilidade, choro freqüente, insônia, como também manifestações psicossomáticas. Muito provavelmente a experiência do desemprego que se vê é mais dramática para aquelas categorias de trabalhadores que são socialmente discriminados pela idade e pela falta de qualificação profissional.

PALAVRAS CHAVE: Desemprego, Psicologia Social, Aspectos Psicossociais

ABSTRACT

Unemployment has been a major problem today and in today's society, due to several factors that involves psychology can not stay away. This problem is aggravated by the lack of qualification of workers and also the technology and even prejudice, among others. Related to psychosocial and family, this study sought to investigate what aspects make the unemployed worker to feel some types of symptoms that bother you, and specifically its reaction to unemployment. In the face of studies have found that a large number of referrals come from people have some type of somatization caused by unemployment, such as sadness, anxiety, low self-esteem, irritability, frequent crying, insomnia, as well as psychosomatic manifestations. Most likely the experience of unemployment that we see is more dramatic for those categories of workers who are socially discriminated by age and lack of professional qualification.

KEYWORDS: Unemployment, Social Psychology, Psychosocial Aspects

SUMÁRIO

RESUMO.....	
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONTEXTO DA HISTÓRIA DO TRABALHO.....	3
3. SAÚDE MENTAL X DESEMPREGO.....	9
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	12
4.1 GRÁFICO 1.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
6. REFERÊNCIAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

O desemprego é percebido pela maioria das pessoas como um fenômeno real, atual, grave, crescente e que atinge grande parte da população brasileira. A motivação para a realização desse trabalho deu-se a partir da visão de que a exclusão social do desempregado traz conseqüências notáveis, e que também são extremamente destrutivas. Sem emprego, a pessoa sente-se diminuída em relação às demais; seja no meio familiar ou entre os vizinhos e amigos. O fato é que a desesperança de conseguir um novo emprego e a aflição de não poder dar a si mesmo e a sua família a qualidade de vida que gostaria, causa infelicidade, podendo inclusive levar o indivíduo a desenvolver doenças de cunho psicológico, ou seja, causar algum tipo de sofrimento psíquico como ansiedade, angústia, comportamento deprimido e até casos mais graves como o suicídio.

Hoje o desemprego é um dos mais graves problemas sociais no Brasil. Diariamente vemos matérias sobre o assunto nos jornais e noticiários, conversamos sobre, ou ouvimos falar de pessoas que ficaram desempregadas. A pessoa desempregada, além de temer por sua subsistência e de sua família, carrega ainda a "humilhação" de ser aquela que não produz e que pede pelo emprego.

Sabemos que o desemprego é um fenômeno social, ligado e relacionado à economia e que atinge diversos setores e também diversos países, interferindo na vida de milhões de trabalhadores. A oferta de postos de trabalho está atrelada ao processo de globalização econômica, à inserção de novas tecnologias produtivas onde as máquinas ocupam o lugar de vários trabalhadores.

Com o auge da tecnologia as empresas já não mais necessitam de tanta mão-de-obra humana, pois conseguem aumentar a produção com a utilização de máquinas. Assim, contemplamos a cada dia um contínuo aumento na sociedade de uma classe chamada "desempregados". O conceito de desempregado vai muito mais além do que a ausência de um trabalho formal. No cenário atual o desemprego virou um estigma, nada pior para alguém que já está com a auto-imagem abalada, coloca em dúvida sua própria competência, assim, o desempregado recém demitido vive um sentimento de ruptura, que pode ser encarado como a elaboração de um luto.

Com esse trabalho, o objetivo mediante aos saberes da psicologia social é:

- Entender sobre a realidade de vida e os aspectos psicossociais que o desemprego gera, buscando assim, rever a necessidade que o indivíduo tem em produzir, mediante o emprego e sua satisfação pessoal.
- Verificar o modo de vida do indivíduo e o contexto entre o ser social e o trabalho, relacionado à qualidade de vida e como a psicologia pode contribuir para amenizar sentimentos que possam vir a surgir mediante o desemprego.

A aplicação desse trabalho foi norteadada pela questão o desemprego e suas conseqüências psíquicas. Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade obter informações diretas, foi fundamentado através de referencial teórico da Psicologia Social.

A pesquisa científica muito mais do que buscar a verdade, visa a uma reflexão crítica, com variáveis controladas, com intuito de traçar novos fatos, ao mesmo tempo em que procura descobrir respostas para questionamentos, de qualquer campo do conhecimento. (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Silva (2002, p.60), “explica ou discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos.”

A metodologia aplicada nesse caso tem como finalidade principal analisar o conteúdo das formas de evidenciação dos fatos e atividades que colaboram para a compreensão de fatores psicossociais que afetam o desempregado.

2. CONTEXTO DA HISTÓRIA DO TRABALHO

A situação dos trabalhadores do Brasil nos últimos anos tem sido uma das piores de toda a história, onde o maior problema apresentado é o desemprego crescente, ou seja, a inexistência de trabalho. Então cada dia é pior para aqueles que estão perdendo o emprego e também para aqueles que estão entrando no mercado de trabalho, porque o grande desafio é fazer com que o país tenha trabalho e renda para a maior parte da população. Ao que tudo indica, porém, estamos ingressando numa época em que o trabalho deixou de se constituir em valor central. Os programas de criação de postos de trabalho e oportunidade de emprego parecem revelar que o trabalho corresponde a um determinado contexto histórico já não existente.

O trabalho na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e que, de retorno, exerce uma influência sobre sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isto é, sobre esferas parciais do ser humano (KOSIK, 1985 p. 180).

“Trabalho, atividade incessante por força da qual o homem ganha seu sustento para repor as forças desgastadas na dura jornada – foi esta a dimensão enfatizada pela orientação marxista quanto à questão do trabalho” (GOULART, 1998 p. 84). Orientação essa, oriunda do sistema das teorias filosóficas, econômicas, políticas, doutrinárias, materialistas e dialético de análise da realidade, cujos princípios básicos foram formulados pelo teórico e economista alemão Karl Marx. Sendo o marxismo fruto de décadas entre Karl Marx e Friedrich Engels, influenciou os mais diversos setores da atividade humana ao longo do século XXI, desde a política e a prática sindical até a análise e interpretação de fatos sociais, morais, artísticos, históricos e econômicos se tornando doutrina oficial dos países de regime comunista. Interpreta a vida social conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico do seu sistema produtivo.

Os jovens, as mulheres e os mais escolarizados constituem o grupo mais afetado pela desocupação. Esta é uma tendência que se tem verificado nos últimos anos em função da maior inserção dos jovens e mulheres no mercado de trabalho, seja para contribuição no rendimento familiar ou financiamento dos estudos. No entanto o fenômeno do desemprego tem um componente estrutural no que se refere

à geração de postos de trabalho mais qualificados. A taxa de desocupação das pessoas com oito anos ou mais de estudos teve um aumento considerável até então.

A proporção de empregados com carteira assinada, com rendimento familiar até meio salário mínimo era mais elevada nos estados do Nordeste. O Estado de Alagoas tinha a maior proporção, enquanto São Paulo a menor. Esse resultado evidencia um dos motivos pelas quais a região Sudeste (em particular São Paulo) continua sendo a principal região receptora dos movimentos migratórios.

Já no mercado de trabalho que significa o espaço de transações, o contexto de trocas e intercâmbios entre aqueles que oferecem um produto ou serviços e aqueles que procuram um produto ou serviço. O mecanismo de oferta e procura é a característica principal de todo mercado. O mercado de trabalho é composto pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas diversas organizações. Toda organização na medida em que oferece oportunidade de trabalho constitui parte integrante de um mercado de trabalho (CHIAVENATO, 2000).

O mercado de trabalho é condicionado por inúmeros fatores como: o crescimento econômico, a natureza e a qualidade dos postos de trabalho, a produtividade e a inserção no mercado internacional. O primeiro está relacionado com a escala do emprego (crescimento do emprego), enquanto os demais fatores, com a intensidade do emprego (qualidade e produtividade do emprego), em uma economia aberta, quanto maior a intensidade, maior tende a ser a escala de transações.

Ao longo da revolução industrial, o mercado de trabalho substituiu as fazendas pelas fábricas. Agora, na revolução da informação, o mercado de trabalho está se deslocando rapidamente do setor industrial para a economia de serviços. A indústria está oferecendo menos emprego, embora esteja produzindo cada vez mais à modernização, tecnologia, melhoria de processos e o aumento da produtividade das pessoas. E cada vez mais o setor de serviços oferece mais empregos. A modernização das fábricas vai na direção de produtos melhores e mais baratos, ampliando o mercado interno de consumo e ocupando uma fatia maior no mercado externo ou global. O aumento do consumo e da exportação funciona como alavanca do emprego no setor de serviços.

Segundo Idalberto Chiavenato (2000), Qual é o futuro do emprego? A revolução tecnológica jogará hordas de desempregados nas ruas? O setor de serviços jamais será capaz de absorver todos aqueles que perderam seus empregos na indústria? Estamos trocando empregos bons por outros instáveis e mal pagos?

Mesmo que a taxa bruta do desemprego fique constante, sempre haverá um movimento intenso de criação e destruição de empregos na economia. Há muito pânico e pouca informação a respeito do assunto. Os ciclos econômicos são fatores determinantes na criação e destruição de empregos. O comércio internacional é apenas um dos fatores que contribui para a destruição de empregos. A competição interna também produz resultados semelhantes. Mas quando se olha a questão por um ângulo microeconômico, deve-se atentar para a capacidade de inovação e adaptação das empresas.

William Bridges (apud. Chiavenato, 2000), traz duas notícias em relação ao emprego, ele diz que a notícia ruim é que a era do emprego formal, ortodoxo, com patrões e empregados, salários e benefícios, contrato de trabalho e carteira assinada está no fim. É um fenômeno mundial. A racional idéia de emprego com a qual sempre convivemos e fomos educados, com horário de trabalho, cinco dias por semana, no escritório da empresa, com férias, 13º salário, encargos trabalhistas e previdenciários, é um conceito do século XIX e que está desaparecendo com uma rapidez incrível. O velho estilo de trabalhar e crescer dentro da empresa e depois se aposentar é uma página virada no livro da história do emprego. Está ocorrendo uma mudança radical no conceito de emprego e os empregados convencionais estão desaparecendo do mapa. O surto de desemprego no mundo inteiro está aí para confirmar.

A maneira de ganhar a vida não depende mais de um emprego formal no escritório da empresa. Trabalhar não é necessariamente ter um emprego. As empresas estão passando por um enxugamento e se concentram em suas atividades essenciais, sobretudo naquelas que agregam valor ao produto ou serviço e ao cliente. A evolução da tecnologia da informação está por trás disso tudo, quando ao invés de se colocar mão-de-obra humana estão colocando máquinas para o serviço antes feito pelo trabalhador.

Segundo Antunes (1999), algumas considerações a respeito do direito ao trabalho para a produção da vida dos trabalhadores, assim como expressa sua opinião sobre a situação dramática que os trabalhadores desempregados estão

submetidos, principalmente aqueles que estão situados na América Latina, na medida em que não dispõem de qualquer seguridade social, onde faz a seguinte reflexão:

“O direito ao trabalho é uma reivindicação necessária não porque se preze e se cultue o trabalho assalariado, heterodeterminado, estranhado e fetichizado (que deve ser radicalmente eliminado com o fim do capital), mas porque estar fora do trabalho, no universo do capitalismo vigente, particularmente para a massa de trabalhadores e trabalhadoras (que totalizam mais de dois terços da humanidade) que vivem no chamado terceiro mundo, desprovidos completamente de instrumentos de seguridade social, significa uma desafetivação, desrealização e brutalização ainda maiores do que aqueles já vivenciadas pela classe que vive do trabalho”.

Hoje, existem no Brasil 1138 postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que atende trabalhadores formais dispensados sem justa causa que desejam solicitar o seguro-desemprego e também os que têm interesse em participar da intermediação da mão-de-obra para recolocar-se no mercado de trabalho, mesmo os que nunca tiveram vínculo formal de emprego. São registrados dados profissionais e pessoais dos interessados em um banco de dados. Paralelamente, mantém uma equipe que atua no levantamento de vagas por meio de contatos pessoais e telefônicos com empresas. As equipes também efetuam o cruzamento de informações e encaminham os interessados que correspondem ao perfil desejado pelo empregador para a seleção. Tal convênio estabelece que 25% das vagas sejam preenchidas por trabalhadores de dezesseis a vinte e quatro anos, por candidatos com mais de quarenta anos e por mulheres, grupos cuja a inserção no mercado de trabalho é mais difícil.

A noção de exclusão, bastante polissêmica, compreende fenômenos tão variados que nós podemos nos perguntar até onde se justifica falar ou tratar de exclusão em geral, o que suporia juntar todos os processos que ela implica ou em todas as formas que ela toma em uma mesma alternativa. Até onde, é legítimo ligar a exclusão ao racismo, ao desemprego, aos conflitos internacionais ou ainda a um estado de incapacidade física ou mental, etc.? Há pelo menos um nível onde uma abordagem única da exclusão pode fazer sentido: o nível das interações entre pessoas e entre grupos, que dela são agentes ou vítimas. Este nível é próprio da Psicologia Social. (JODELET, 1999).

Com efeito, a exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica,

através da qual ela se traduz: no caso da segregação, através de uma afastamento, da manutenção de uma distância topológica; no caso da marginalização, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou de um corpo social; no caso da discriminação, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status, ou através de um fechamento diferencial ou negativo. Decorrendo de um estado estrutural ou conjuntural da organização social, ela inaugurar um tipo específico de relação social. Sendo o resultado de procedimentos de tratamento social, ela se inscreverá em uma interação entre pessoas ou entre grupos.

Em se tratando de exclusões socialmente produzidas, a Psicologia Social não opõe um tipo de interpretação (psicológica), a um outro (sócio-histórico, cultural ou econômico). Ela tenta compreender de que maneira as pessoas ou os grupos que são objetos de uma distinção, são construídos como uma categoria à parte. Para dar conta desta construção social, diversos modelos teóricos foram propostos. Referindo-se a dinâmicas psíquicas ou a processos cognitivos, eles colocam em jogo noções elaboradas no seio da Psicologia Social, tais como as de preconceitos, estereótipos, discriminação, identidade social, ou ainda apelam, através da análise de discursos sociais, às representações sociais à ideologia.

A exclusão que é hoje objeto de políticos e de debates sociais é um fenômeno social, econômico e institucional cuja análise ressalta das ciências sociais. A parte que cabe à Psicologia Social pode parecer secundária, visto que ela se limita aos processos psicológicos, cognitivos e simbólicos que podem ou acompanham a situação da exclusão ou dela reforçar a manutenção como racionalização, justificação ou legitimação. Mas por sua posição intersticial no espaço das ciências do homem e da sociedade, esta disciplina traz uma contribuição não negligenciável para a compreensão dos mecanismos que, na escala dos indivíduos, dos grupos e da coletividade, concorrem para fixar as formas e as experiências de exclusão.

De acordo com Sawaia (1995), Os homens não escolhem valores éticos, eles não optam entre o bem e o mal, objetivamente; o que escolhem são idéias, alternativas, necessidades, as quais são portadoras de conteúdos objetivos.

Portanto, o compromisso ético não é uma questão de persuasão ou opção puramente racional entre virtude e pecado. Ele é vivido como necessidade do eu, como desejo, motivação. Mesmo quando o indivíduo age em nome do bem comum, a atividade implica o exercício da motivação individual. Ninguém é movido

por interesses universais abstratos e não se pode pedir ao homem que abandone a esfera pessoal de busca da felicidade.

Essa questão orienta a busca nos processos psicológicos e sociais ligados às relações intergrupais e para a explicação dos fenômenos que não podiam ser explicados somente por análises históricas. A categorização social segmenta o meio social em classes, cujos membros são considerados iguais em razão de características, ações e intenções comuns. O mundo social está estruturado e baseado em um processo que ficou em evidência com a classificação de indivíduos e seus semelhantes, onde preconceitos se enquadram em modelos sociais e limitam processos psicológicos e simbólicos que possam acompanhar o processo de exclusão.

Os aspectos psicossociais da exclusão, que aparentemente são decisivos para a criação de fatores que não são únicos, mas são imprescindíveis e que mostram razões para a argumentação de que o desemprego gera uma série de conseqüências que ao longo do desenvolvimento de acordo com pesquisas estaria altamente concentrada como gerador de exclusão, seja na esfera familiar ou social.

Por várias questões o papel do desempregado agrega fatores que se manifestam e por vezes na verdade é considerado não como o fim do trabalho, mas sim, o fim de um emprego, onde na busca por um novo emprego o confronta com uma nova realidade: a competitividade que exclui os mais fracos é a mesma que faz os mais fortes dominarem.

3. SAÚDE MENTAL X DESEMPREGO

Segundo a OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE), a saúde mental, a saúde física e a social constituem fios de vida estreitamente entrelaçados e profundamente interdependentes. À medida que cresce a compreensão desse relacionamento, torna-se cada vez mais evidente que a saúde mental é indispensável para o bem-estar geral dos indivíduos, sociedades e países.

A importância da saúde mental é reconhecida pela OMS, desde a sua origem e está refletida na definição de saúde, como “não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, mas como, “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. No Relatório Sobre a Saúde No Mundo (2001), nos últimos anos essa definição ganhou um foco mais nítido em virtude de muitos progressos nas ciências biológicas e comportamentais, que por sua vez aumentaram a maneira de compreender o funcionamento mental e o profundo relacionamento entre saúde mental, físico e social.

O trabalho tem em si quatro funções básicas: - a relação do indivíduo e a sociedade, construção da identidade, expansão da capacidade e é também fonte de prazer e sofrimento: sofrimento enquanto não temos a liberdade e a iniciativa na organização e prazer, quando podemos ser sujeito autor do trabalho obtendo reconhecimento através do mesmo. Com isso, vemos que o trabalho satisfatório é importante para a saúde mental e conseqüentemente física do trabalhador, este por sua vez, proporciona gratificações tão saudáveis como a expansão criadora, o companheirismo e o sentimento de êxito!

Dejours (1992), afirma que o trabalho não é nunca neutro em relação à saúde e favorece seja a doença, seja a saúde. Condições estas, em que a saúde é criadora e vivenciada na vida cotidiana, a qual abarca o âmbito do trabalho.

Podemos entender essa afirmativa do autor a partir do momento que o indivíduo dedica a maior parte do seu tempo ao trabalho. Quando este traz condições de satisfação e reconhecimento ele proporciona uma vida saudável. Mas quando esse trabalho é mecanicamente produzido se torna fatigante provocando um adoecimento através do desgaste, seja ele físico ou mental.

A questão do trabalho aparece, quando ocorre alguma referência ao trabalho, como um fator desencadeante dos distúrbios psíquicos, sendo a questão

da dinâmica mental remetida, principalmente, a fatores genéticos ou às relações familiares dos indivíduos.

Segundo Dejours, (1992), no centro da relação saúde-trabalho, a vivência do trabalhador ocupa um lugar particular que lhe é conferido pela posição privilegiada do aparelho psíquico na economia psicossomática. O aparelho psíquico seria, de alguma maneira encarregado de representar e de fazer triunfar as aspirações do sujeito, num arranjo de realidade suscetível de produzir simultaneamente, satisfações concretas e simbólicas.

O sofrimento ou mal-estar psicossocial precisa ser analisado como mediação (passagem de outras mediações históricas e subjetivas), o que significa olhá-lo através da miséria assustadora, do poder da máquina estatal e da ética que caracteriza as sociedades contemporâneas, isto é, da ética reduzida, de forma a se aceitar que as pessoas possam agir da forma que quiserem, desde que bem justificada. Enxergar o sofrimento psicossocial do indivíduo é ver que a cidadania precisa ser revista, para isso não basta a capacitação, é necessário a motivação para a cidadania que não é unicamente racional, mas também afetiva e emocional.

Sendo o trabalho um elemento fundamental na determinação das condições de saúde, Dejours (1987, apud Santos e Sidrim, 1999), afirma que tanto o trabalho pode ser perigoso, pode ser causa de sofrimento, como o não trabalho é igualmente perigoso. Estudos recentes mostram a que ponto o fato de não trabalhar, de não ter atividades, pode gerar doenças. Seligmann Silva (1994) relatou problemas psicopatológicos em trabalhadores advindos tanto das condições de trabalho como de desemprego. Observando os estudos citados, as condições de trabalho e o desemprego interferem decisivamente na vida dos indivíduos, tanto no plano individual, quanto familiar e social, causando transtornos para a identidade do trabalhador.

Fryer e Payne (1986, apud Muchinsky, 2004), oferecem uma explicação um tanto diferente do motivo pelo qual o desemprego é psicologicamente devastador, tendo como base perda do controle arbitrário. Sua explicação está fortemente ligada à diminuição da receita associada ao desemprego. Problemas financeiros são uma preocupação fora do comum para a maioria das pessoas desempregadas, e a falta de dinheiro é uma das causas subjacentes de problemas na manutenção de relacionamentos. Embora a perda de receita necessária seja certa para a maioria das pessoas desempregadas, também existe a incerteza de

quanto tempo a baixa renda persistirá. A insuficiência de recursos dos desempregados faz com que tenham muito menos arbítrio ou liberdade de buscar várias opções de decisões, tais como a compra de comida ou roupa. O ato de escolher é severamente restringido pelo desemprego. Tentar solucionar problemas com recursos limitados muitas vezes significa que a qualidade da solução é inferior, o que pode desencadear um senso de fracasso e diminuição da auto-estima.

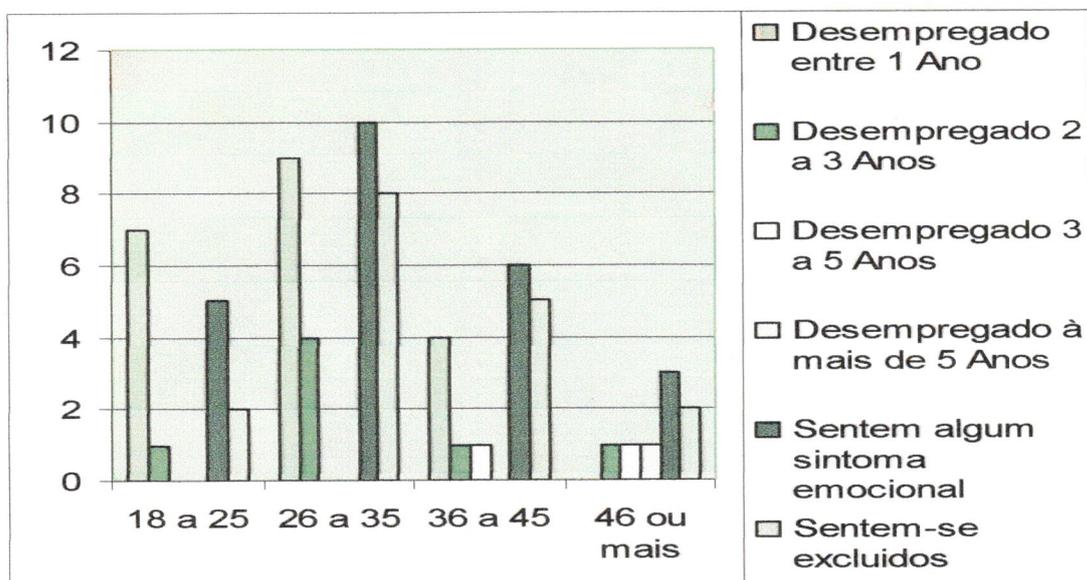
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por serem sociais, as emoções são fenômenos históricos, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social. No século passado, predominou a vergonha de olhar o outro, que exigia a expiação pública. Hoje, a culpa tende a substituir a vergonha, mudando o caráter da expiação, de pública a individual e privada. “Nas sociedades atuais, a possibilidade de ação permitida ao homem e ao pensamento determinados por eles produzem e fixam sentimentos particularistas, perpetuam e reproduzem a alienação e o caráter de certos afetos” (HELLER, 1985 apud. Sawaia).

Quando a moralidade de práticas que são legitimadas por determinadas teorias nas ciências sociais, de concepção como estas, derivam práticas atuais de culpabilização psicológica, muito bem identificadas e analisadas por Viviane Forrester (1997, apud Guareschi), quando mostra o desemprego planejado e sistêmico dos dias de hoje, que leva a exclusão de milhões de pessoas, é legitimado por teorias psicossociais. As pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta.

Segundo Teresa Cristina Carreteiro (1999), quando voltamos nossa atenção às pessoas que vivem em meios sociais desfavorecidos. Elas permanecem à margem das grandes dimensões institucionais (educação, saúde, trabalho) ou se beneficiam minimamente das mesmas. Isto significa dizer que mantêm posições sociais frágeis, podendo facilmente perder o lugar que ocupam no interior destas dimensões. A sociedade, ao inserindo ou zona franja, ou nas migalhas institucionais de seus projetos, contribui para a criação de um lugar social desvalorizado, portador de sofrimento. Muitas vezes estes sujeitos sentem-se pertencendo à categoria de “extranumerários” ou “normais inúteis”.

O gráfico 1 abaixo mostra a quantidade de pessoas que sentem algum tipo de sintoma segundo sua faixa etária e o tempo que estão desempregadas.



Fonte: elaborada pela autora.

Observa-se no gráfico acima que a maioria dos desempregados sentem algum tipo de sintoma e de acordo com pesquisas bibliográficas os sintomas mais freqüentes apresentados são: angústia, ansiedade, baixa auto-estima, choro freqüente, desencorajado, desesperança, falta de apetite, dores de cabeça, irritabilidade, insônia, sentimento de derrota, fracasso, inferioridade, vergonha, medo, solidão e tristeza.

Há então a projeção para a esfera da subjetividade da inutilidade, do não reconhecimento da potencialidade do sujeito para participar da vida coletiva e integrar-se aos valores sociais considerados positivos. A sensação de inutilidade se apresenta seja difusa, como um mal-estar, seja de modo claro, sendo objeto de representações explícitas. Mas ela é sempre geradora de sofrimento psíquico, o qual por ter uma raiz social, deve ser considerado sofrimento social. Como sendo:

- Pode ser fruto de um processo de não reconhecimento social que se traduz por uma representação de inutilidade aos olhos da sociedade de produção;

- Pode ser o resultado do receio de perder a condição de “trabalhador”, podendo passar paulatinamente, no futuro, à esfera da inutilidade.
- Pode ser fruto da prática de trabalhos que não levam a uma valorização social, mas a um desgaste constante do corpo, que passa a ser representado pela metáfora da máquina, a máquina fica desgastada, cansada, velha.

Tais construções surgem isoladas ou unidas. Porém, o sofrimento não encontra um lugar institucional que possa reconhecê-lo no interior da esfera da proteção social. Esta só confere um lugar a subjetividade dentro de duas perspectivas: corpo são, corpo doente, o que acarreta dizer que o sofrimento social, para obter conhecimento institucional, o faz através da doença. Tal reconhecimento, quando ocorre, produz um deslizamento de sofrimento social para o individual. Esta passagem indica que as categorias institucionais ignoram formas de mal-estar que não sejam etiquetadas como sintoma.

Os saberes da Psicologia Social vem a contribuir juntamente com a assistência social em projetos sociais que visem a melhorar o ambiente ao todo em que vive o trabalhador melhorando assim também com o contexto do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conseqüências do desemprego para a vida das pessoas, observando fatores psicológicos e sociais, são percebidas em relação à saúde física e à saúde mental, onde demonstram que a situação do desemprego está associada a ocorrência de distúrbios psicológicos e a baixa auto-estima, assim como tem uma relação com a emergência e o agravamento de problemas sociais.

O trabalhador desempregado tem, invariavelmente, relações mais próximas com os membros de sua família: quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo ter alguma relação com a família por se sentirem excluídos socialmente, tendo um forte significado para o trabalhador desempregado, quando atua dando apoio, principalmente financeiro. Enquanto que, na parte social, o trabalhador desempregado tem pouca esperança no que possa ser feito em relação à melhoria de condições para que se tenha realmente uma mudança onde o trabalhador venha a ter confiança em seus governantes.

Os homens são mais atingidos do que as mulheres, tornando-se mais introspectivos. A experiência da precariedade profissional é, efetivamente, mais dolorosa quando atinge os indivíduos de vida ativa. Quanto maior é a precariedade profissional, menor é a possibilidade de o indivíduo obter ajuda ao seu meio social. A participação na vida associativa é maior entre as pessoas que têm um emprego estável do que entre os desempregados.

As preocupações com o desemprego geram interferências nas outras atividades do desempregado, já que afetam a forma como os desempregados se relacionam com as outras pessoas, como também prejudicam as horas destinadas ao descanso.

De forma geral, os sentimentos gerados pela situação de desemprego, têm uma conotação desagradável, associados a uma experiência de sofrimento como o desespero, a perda de esperança, o desamparo, a tristeza, a revolta e a desorientação, são sentimentos verbalizados e expressos de forma intensa pelas pessoas que foram entrevistadas. Porém, nenhum sentimento foi descrito ou verbalizado com uma conotação agradável associado à experiência do desemprego.

Desse modo, elementos que fizeram parte da pesquisa, confirmaram que o desemprego vem sendo realmente nos dias atuais uma situação geradora de

grande sofrimento, configurando-se como uma experiência bastante negativa para aqueles que o vivenciam.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo. Boitempo, 1999.
- CARRETEIRO, Tereza C. **As Artimanhas da Exclusão: A Doença Como Projeto, Análise**
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. Rio de Janeiro. Campus, 2000.
- DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia do Trabalho e Gestão de Recursos Humanos: Estudos Contemporâneos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- JODELET, Denise. **As Artimanhas da Exclusão: Os Processos Psicossociais da Exclusão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 3º ed. São Paulo, Paz e Terra, 1985.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho: Procedimentos Básicos, Pesquisas Bibliográficas, Projeto e Relatório Científico: Publicação de Projetos Científicos**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MUCHINSKY, P. M. **Psicologia Organizacional**. São Paulo: Pioneira Thonsom Learning, 2004.
- RELATÓRIO SOBRE A SAÚDE NO MUNDO: 2001. **Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança**. Biblioteca OMS.
- SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 1999.
- SAWAIA, Bader; LANE, Sílvia. **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense. 1995.
- SELIGMANN, S. **Desgaste Mental no Trabalho Dominante**. Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1994.
- SILVA, Antônio Carlos R. da. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

CRENCIAIS DO AUTOR

Simone de Jesus Silva, Psicóloga e aluna do Curso de Pós Graduação Especialização em Saúde Pública e da Família – Turma XI da Fanese. e-mail: simonijesus20@yahoo.com.br; telefone (79) 3217-2144/8808-0607.